

↳ Evidências

Evidências para
políticas sociais

Catálogo de Produtos

Brasília, dezembro de 2020



Jeansley Lima

Presidente

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz

Diretora Administrativo e Financeiro

Renata Florentino de Faria Santos

Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

Daienne Amaral Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabitz

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Brasília, dezembro de 2020

Equipe responsável

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Dijos/Codeplan

Daienne Amaral Machado - *Diretora*

Elaboração do documento

Daienne Amaral Machado – *Diretora*

Julia Modesto Pinheiro Dias Pereira - *Gerente de pesquisas*

Rebeca dos Santos Freitas - *Chefe de Gabinete*

Tatiana Lemos Sandim - *Gerente de pesquisas*

Projeto gráfico e diagramação

Diego Loliola – Estagiário (sob supervisão de Daienne Machado)

Apresentação

É com muita satisfação que apresentamos este Catálogo de produtos – Evidências para políticas sociais. O documento apresenta os tipos de produtos de pesquisa, assessoria, consultoria ou avaliação que a Codeplan pode produzir/realizar sobre políticas sociais sob demanda de gestores e legisladores distritais.

O Catálogo lista os tipos de produtos, define cada um deles com suas respectivas finalidades e etapas do ciclo da política pública social em que esses produtos podem ser mais úteis – no diagnóstico de problemas sociais, na formulação de políticas propriamente, na sua implementação ou no monitoramento e avaliação das iniciativas. Também são apontados exemplos disponíveis de cada tipo de produto.

Todos esses produtos são voltados para informar com evidências científicas decisões em políticas públicas sociais. Sabemos que evidências científicas não são suficientes no processo de tomada de decisão em políticas públicas - pois ele necessariamente envolve contexto sociocultural, considerações de ordem política, financeira, administrativa, valores vigentes etc; mas elas podem qualificar o diagnóstico sobre um problema social, a seleção e a apreciação de opções para resolvê-lo, considerações sobre diferentes formas de implementar programas e políticas selecionados e oferecer insumos para avaliar o andamento e o resultado das ações.

A publicação deste documento integra o projeto “Políticas sociais do DF baseadas em evidências” da Codeplan, voltado para disseminar essa abordagem junto a gestores e legisladores do DF. Outros eixos do projeto são capacitação de servidores distritais em PBE, por meio de cursos para habilitar gestores e legisladores a buscar e consumir evidências, um diagnóstico do uso de evidências pelos gestores distritais, por meio da realização de um survey em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e a articulação de uma rede de instituições parceiras para a produção de evidências sobre o DF.

Entendemos que há muitas perguntas de interesse de gestores e legisladores distritais sobre problemas públicos, opções de políticas públicas e/ou formas de implementação. Esperamos que este Catálogo facilite as “encomendas de evidências” e que a Codeplan contribua para responder a essas perguntas. Esperamos sobretudo contribuir para aproximar a comunidade científica, gestão pública e a sociedade, tornando as políticas públicas mais responsivas e efetivas na solução dos problemas sociais.

Jean Lima
Presidente da Codeplan

Daienne Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Catálogo de produtos - Evidências para políticas sociais

A Codeplan tem como objetivos realizar e promover pesquisas e estudos, identificar, analisar e diagnosticar problemas, fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e para a preparação de planos e programas de governo, prestar consultoria técnica à Administração do Distrito Federal, avaliar resultados e impactos de políticas públicas do Governo do Distrito Federal (art. 3º do Estatuto Social da Codeplan).

Para alcançar esses objetivos, a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais oferece diferentes tipos de produtos de pesquisa, assessoria, consultoria ou avaliação, listados e descritos a seguir. Todos esses tipos de produtos podem ser encomendados por gestores e legisladores distritais.

1 Estudos sociodemográficos

Estimativas e projeções populacionais
Análises sociodemográficas de grupos sociais específicos

Construção de indicadores e índices

2

3 Estudos de tradução do conhecimento para gestores de políticas sociais

Respostas rápidas
Síntese de evidências (*policy briefs*)
Mapas de evidências
Mapas de evidências sobre efetividade de políticas

Assessoria técnica para construção do modelo lógico de políticas sociais

4

5 Assessoria técnica para construção de indicadores de monitoramento de políticas sociais

Estudos sobre implementação de políticas sociais

6

Avaliação de políticas públicas sociais**7**

Avaliação de processo de políticas sociais
Avaliação de impacto de políticas sociais
Avaliação de custo x benefício de políticas sociais

8**Pilotos de políticas públicas****Experimentos para testar insights
comportamentais em políticas públicas****9****10****Capacitação em Políticas Sociais Baseadas em
Evidências****Outros produtos customizados****11**

Para que servem esses produtos?

Esses produtos são úteis aos gestores públicos para diferentes ações:



Etapa em que se busca:

Identificar eventuais necessidades de mudança de desenho, regras, formas de implementar;

Definir sobre eventual expansão ou retração do público-alvo a quem se endereça a política;

Definir sobre continuidade ou descontinuidade da política;

Gerar conhecimento sobre o assunto.

Etapa em que se busca conhecer aspectos dos problemas, sua dimensão, como eles afetam diferentes grupos populacionais, territórios etc.

Diagnóstico de problemas sociais

Monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais

Formulação de políticas públicas sociais

Implementação de políticas sociais

Etapa na qual busca-se concretizar um desenho previamente formulado e conhecer e decidir sobre pontos do funcionamento da política ou do contexto de implementação que não foram previamente levantados.

Etapa em que se desenha uma forma de intervir na realidade para reduzir, resolver, tratar um problema público.

Estudos sociodemográficos

a. Estimativas e projeções populacionais

No que podem ajudar?

- Diagnóstico de problemas sociais
- Formulação de políticas públicas sociais

Para que servem?

Sinalizam tendências demográficas que podem criar ou diminuir demandas por ampliação de serviços públicos. Por exemplo: projetar demanda por vagas hospitalares, projetar a demanda por vagas em creches, servir como insumo para avaliar a necessidade de ampliação do número de equipamentos públicos oferecidos em uma dada localidade com previsão de crescimento populacional.

Exemplo

Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2010-2020 (Codeplan, 2019).

O estudo apresentou projeção da população do DF para o período entre 2010 a 2020. Dentre os principais resultados do estudo:

- Baixo incremento populacional projetado;
- Decréscimo da proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em todas as regiões administrativas; e
- Crescimento significativo da população idosa (de 60 anos ou mais) no Distrito Federal.

O que são?

Estudos que apresentam e analisam estimativas e projeções da população do Distrito Federal. Estima-se (para anos anteriores) e/ou projeta-se (para anos posteriores) o tamanho da população do DF para cada ano e sua distribuição por diferentes componentes demográficos ou geográficos, como região administrativa, sexo, faixas etárias etc.

São elaborados com base em dados da dinâmica populacional de censos demográficos (IBGE), de pesquisas domiciliares por amostragem (IBGE, Codeplan) e de registros administrativos de nascimentos e óbitos (IBGE).

Precisam ser revisados periodicamente para refletirem transformações na dinâmica populacional (que ocorrem constantemente), novos dados de trabalhos relevantes (censos demográficos, por exemplo), alterações nas hipóteses previstas para as componentes demográficas relevantes, ou atualizações das metodologias de cálculo.

b. Análises sociodemográficas de grupos populacionais específicos do DF

No que podem ajudar?

- Diagnóstico de problemas sociais
- Formulação de políticas públicas sociais

Para que servem?

- Apresentam aos gestores características de grupos específicos, sua distribuição no território do DF e algumas das desigualdades socioeconômicas que os atingem;
- Alertam aos gestores sobre características ou regiões administrativas a serem considerados por políticas públicas, facilitando a focalização necessária; e
- Quando possível, recomendam políticas relevantes para o grupo em questão, com base em outras evidências (estudos).

O que são?

Análise das principais características sociodemográficas de um determinado grupo populacional do DF (mulheres, juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência). A análise ilumina a distribuição da população específica do estudo pelas diferentes Regiões Administrativas e salienta heterogeneidades relevantes entre os grupos de interesse e grupos comparáveis a eles (por exemplo, entre mulheres e homens; entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência).

Normalmente, as análises são elaboradas a partir de dados coletados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), uma pesquisa domiciliar de periodicidade bianual, realizada pela Codeplan, com representatividade por região administrativa.

Também podem ser usados como insumo dados produzidos por outras pesquisas ou dados administrativos.

Exemplo

- Perfil demográfico da população jovem do Distrito Federal na Pdad 2018 (Codeplan, 2019).

A nota técnica apresenta as principais características sociodemográficas da população jovem (15 e 29 anos) do Distrito Federal com base nas informações utilizadas da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018.

Construção de índices e/ou indicadores

No que podem ajudar?

- Diagnóstico de problemas sociais
- Formulação de políticas públicas sociais
- Monitoramento e avaliação de políticas sociais

Para que servem?

- Ao informar sobre certos aspectos da realidade social, servem de suporte à formulação e implementação de políticas públicas e facilitam a tomada de decisão pelo gestor;

- Comunicam à população e outros atores sobre a evolução (ou retrocesso) em direção a uma determinada meta; e

- Comunicam mais claramente tendências ou fenômenos não imediatamente detectáveis por meio dos dados isolados.

O que são?

Indicadores que permitem a operacionalização de conceitos abstratos, como "vulnerabilidade social", "bem-estar", "educação de qualidade". São modelos simplificados da realidade para facilitar a compreensão e mensuração de fenômenos, eventos ou percepções. Para construir indicadores, seleciona-se o fato ou evento da realidade relacionado a uma dimensão social. Depois, são levantados/produzidos dados brutos ou estatísticas que permitem definir o indicador e gerar análises e conclusões sobre o fato ou evento.

Índices são gerados a partir da agregação de dois ou mais indicadores simples que podem se referir ou não à mesma dimensão da realidade. Buscam agrupar e resumir informações extraídas de alguns indicadores para interpretá-las conjuntamente.

Exemplo

- Índice de Vulnerabilidade Social - IVS-DF, produzido pela Codeplan em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh).

Permitiu conhecer as desigualdades a nível distrital e de forma desagregada por região administrativa. O trabalho conjunto entre os órgãos foi importante para subsidiar com dados o planejamento de ações da Secretaria.

Produtos de tradução do conhecimento

a. Respostas rápidas

No que podem ajudar?

Formulação de políticas públicas sociais

Exemplo

- O documento "Resposta Rápida. Comparando impacto de políticas. Transferência de renda x Assistência Alimentar", do Instituto Veredas³.

Pode ser acessado aqui:

<https://cutt.ly/1hR7cd>

- O documento "Resposta Rápida. Adolescentes em conflito com a lei", do Instituto Veredas⁴.

Pode ser acessado aqui:

<https://cutt.ly/1hR7mP>

O que são?

Estudos de revisão focada da literatura. Normalmente, demandam uma pergunta de pesquisa específica e apresentam evidências (estudos) que respondam à pergunta de interesse. Têm como características principais a flexibilidade e agilidade em sua construção.

A Dipos oferece três tipos de respostas rápidas, que oferecem evidências em maior ou menor nível de complexidade e que envolvem a seleção de estudos com alto grau de qualidade:

Síntese dos resumos

É fornecida uma lista dos estudos levantados e sínteses dos principais achados desses estudos a fim de agilizar o trabalho do gestor.

Podem ser entregues entre 2 e 7 dias.

Para que servem?

Embasar, com evidências, a tomada de decisão dos gestores de forma ágil. Proporcionam aos gestores públicos acesso simples e rápido a estudos realizados em diversas áreas de políticas públicas. Nesses produtos, são incorporadas apenas evidências robustas e encontradas por meio de um processo sistemático, transparente e abrangente.

Síntese crítica dos estudos

Síntese dos principais achados dos estudos, após leitura completa, com avaliação crítica do grau de confiança. É incluído um resumo das evidências, características do estudo, principais achados e como essas evidências podem colaborar para a tomada de decisão do gestor.

Podem ser entregues entre 7 e 15 dias.

Revisão rápida

Fornece uma avaliação não tendenciosa das evidências encontradas por meio da busca sistemática, transparente e abrangente. Também desenvolve uma avaliação crítica da qualidade e confiabilidade das evidências encontradas e de seus respectivos dados de implementação.

A revisão rápida, dentre todos os tipos de respostas rápidas, é a mais complexa e sistemática no fornecimento das evidências para os gestores.

Podem ser entregues entre 10 e 60 dias, a depender da complexidade.

³ Valdir IS, Boira LS, Romão DIMM. Transferência de Renda II Assistência Alimentar: uma resposta rápida. Brasília: Instituto Veredas, 2020.

⁴ Boira LS, Romão DIMM, Barreto JOM. Resposta Rápida: Adolescentes em conflito com a lei. Brasília: Instituto Veredas, 2019.

b. Síntese de evidências (Policy briefs)

No que podem ajudar?

Formulação de políticas públicas sociais

Para que servem?

Embasar, com evidências, a tomada de decisão do gestor público. Ao condensar um grande número de informações e evidências de forma sistematizada e visualmente comunicativa, os policy briefs informam aos gestores o que as evidências (estudos) de qualidade têm apontado sobre a efetividade de diferentes opções para tratar um problema.

Exemplo

- Como reduzir o suicídio de crianças e adolescentes? Uma síntese de evidências sobre o papel da escola. <https://cutt.lz/4hR7Nvi>
- Evasão escolar no DF: uma análise de alternativas possíveis <https://cutt.lz/vhR7OAc>
- Promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho <https://cutt.lz/1hR74s>

O que são?

Estudos que, em um documento médio (30-40 páginas), apresentam opções de políticas públicas/intervenções para enfrentar um determinado problema. As opções são elencadas a partir de evidências (estudos) locais, nacionais ou internacionais que, por sua vez, são levantadas de acordo com uma metodologia sistemática e transparente que considera, entre outros aspectos, a qualidade metodológica desses estudos e sua adaptabilidade ao contexto local.⁵

A depender do tempo disponível para a pesquisa e do interesse dos gestores, o processo de elaboração de um policy brief pode incluir um diálogo deliberativo, que é uma conversa entre pesquisadores responsáveis pelo estudo e atores interessados no tema. Nessa conversa, os pesquisadores apresentam e discutem as evidências encontradas com a comunidade de atores locais relevantes na temática. O diálogo ajuda a validar ou contextualizar as evidências encontradas antes da elaboração da versão final do documento.

⁵A metodologia seguida é a do Ferramenta Support.

c. Mapas de evidência sobre efetividade de intervenções

No que podem ajudar?

- Formulação de políticas públicas sociais
- Definição de novas pesquisas

O que são?

Ferramentas *online* que apontam para os gestores as evidências disponíveis sobre diferentes intervenções e seus efeitos para determinado problema de política pública. Esses mapas são feitos a partir de estudos que mensuram impacto e efetividade - avaliações de impacto ou revisões sistemáticas de efeitos - de intervenções em diferentes locais do globo. Os mapas sintetizam evidências locais ou globais.

Para que servem?

- Identificam a quantidade e a qualidade das evidências sobre determinados tipos de intervenções (políticas públicas) em diferentes locais do mundo.
- Apontam lacunas de evidências sobre intervenções em problemas de gestão pública. Eles podem ser elaborados em diferentes formatos, tais como imagens, infográficos, dashboards, textos escritos, etc.

Exemplo

Mapa de Evidências sobre Educação e Trabalho Prisional desenvolvido pelo Instituto Veredas:

<http://www.mapadeevidencias.org.br/mans?id=>

d. Mapas de evidências distritais

No que podem ajudar?

- Formulação de políticas públicas sociais
- Definição de novas pesquisas

Para que servem?

- Identificam a quantidade e a qualidade das evidências sobre um determinado tema no território do DF;
- Apontam lacunas de evidências locais sobre o tema de interesse do gestor.

O que são?

Ferramentas *online* que apontam para os gestores as evidências disponíveis sobre um determinado tema no território do DF. Buscam mapear o que existe na literatura, sejam estudos de diagnóstico, estudos sobre intervenções ou quais outras, sobre um tema no DF.

Assessoria técnica para construção do modelo lógico de políticas sociais

No que podem ajudar?

- Formulação de políticas públicas sociais
- Monitoramento e avaliação de políticas sociais

O que são?

O modelo lógico é uma ferramenta de registro dos processos do programa, resultados e impactos. Apresenta esses elementos de forma simples e visual, explicitando a "teoria da mudança", ou seja, os pressupostos de funcionamento daquela iniciativa para tratar determinado problema público.

Complementa documentos oficiais que instituem programas, como leis, portarias e resoluções, que dificilmente explicam totalmente seu funcionamento e os resultados pretendidos.

O serviço de assessoria técnica oferece apoio na construção do marco lógico em oficinas conduzidas pelos pesquisadores com o envolvimento dos gestores do programa.

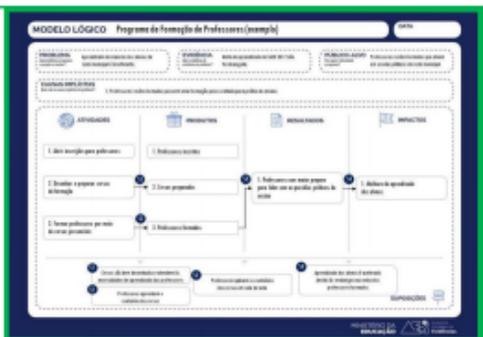
Para que servem?

- Registram as mudanças na iniciativa ao longo do tempo;
- Comunicam de forma visual e lógica a teoria do programa para membros de equipe, lideranças e parceiros;
- Facilitam a análise, ao explicitar a teoria do programa e as suposições, o modelo lógico ressalta os principais aspectos do programa a serem monitorados pela equipe de implementação;
- Promovem avaliações, ao subsidiar pesquisadores sobre desenho e na realização de avaliações e apontar para os gestores algumas das perguntas que podem ser respondidas.

Exemplo

Guia de Elaboração de Modelos Lógicos – Assessoria Estratégia de Evidências do Ministério da Educação

https://evidencias.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/GUIA_ElaboracaoModelo.pdf



Assessoria técnica para construção de indicadores de monitoramento de políticas sociais

No que podem ajudar?

Monitoramento e avaliação de políticas sociais

Para monitorar políticas públicas, além de construir o modelo lógico da intervenção, deve-se lançar mão de indicadores.

O serviço de assessoria oferece apoio na definição dos indicadores mais relevantes para o monitoramento da política e devem ser definidos pelos gestores produzidos/coletados e registrados, definição dos procedimentos e frequências para produção/coleta e registro dos indicadores. Se necessário, também é possível apoiar na definição de requisitos junto a equipes desenvolvedoras de softwares de monitoramento.

O que são?

Monitoramento é uma atividade de grande relevância na implementação de políticas públicas. Por meio dela, a realização das principais ações definidas para a iniciativa (programa ou política) são acompanhadas. Busca-se identificar se essas ações estão sendo implementadas a contento, se estão levando aos produtos esperados, identificar possíveis gargalos na implementação ou problemas de desenho, e saná-los rapidamente e sem prejudicar resultados planejados ou almejados.

Para que servem?

- Ajudam os gestores a desenvolver uma metodologia de monitoramento de seus programas sociais;
- Geram dados importantes para aperfeiçoar a iniciativa;
- Produzem dados importantes para a avaliação da iniciativa.

Estudos sobre implementação de políticas sociais

O que são?

Estudos sobre como o programa se desenvolve, estudos sobre o corpo de servidores envolvidos na sua implementação (seu perfil, como eles percebem a política, como eles interagem com o público-alvo), outros tipos de estudo com foco nos caminhos percorridos para se entregar os serviços públicos sociais.

Para que servem?

- Subsidiar os gestores com informações sobre variados aspectos da implementação da política
- Promovem o conhecimento sobre a realidade em questão para gestores, pesquisadores e interessadas sobre as dinâmicas da implementação.

Avaliação de políticas públicas sociais

O que são?

É a análise sistemática do desenho, da implementação ou de resultados de um programa ou política pública.

Ao se formular e implementar políticas públicas, normalmente os gestores tomam decisões a partir de suas suposições sobre essas políticas, sobre a realidade sobre a qual se deseja intervir e sobre como o programa influenciará a realidade. Mas não necessariamente essas suposições estão corretas ou as formas de implementação funcionam como previstas.

Os gestores tomam decisões relacionadas à formulação e implementação de políticas públicas baseadas em suas vivências, juízos de valores e suposições, quando não orientados por evidências. A realidade social é complexa e dinâmica e seu comportamento muitas vezes foge ao esperado. Nesse contexto, a avaliação é ferramenta fundamental para sinalizar efetividade da política pública e, assim, balizar decisões dos gestores.

Para que servem?

- Apontam efetividade de políticas públicas sociais sobre questões de interesse;
- Ajudam os gestores envolvidos no desenho e na implementação de políticas a conhecer mais a fundo suas iniciativas e aprender sobre aquele tipo de medida;
- Produzem insumos para os gestores definirem sobre pontos que precisam ser revistos ou aperfeiçoados, sobre continuidade ou não da política, expansão para diferentes públicos etc;
- Subsidiar gestores na gestão de riscos e incertezas sobre as políticas e seus resultados;
- Subsidiar gestores a definir com base em evidências;
- Geram conhecimento sobre políticas públicas para outros gestores.

Que tipos de avaliação?

A Dipos oferece quatro tipos de avaliações de políticas sociais e estudos que combinem esses tipos. As avaliações são classificadas de acordo com as perguntas de interesse às quais respondem. Cada tipo busca responder a certas perguntas avaliativas.

Estudos avaliativos podem ser realizados para saber se uma política, um programa ou uma ação pública tem funcionado, tem gerado efeitos esperados - ou colaterais, ou como tem sido implementada, qual a percepção do público-alvo sobre ela, quais seus benefícios mensuráveis em relação a custos, ou simplesmente para conhecer melhor sobre aquele tipo de política, que está sendo implementado em um contexto único.

a) Avaliação de processo de políticas sociais

O que pode ser aprendido sobre a forma como a política é entregue? Avaliações de processo normalmente se perguntam sobre os caminhos da implementação de uma política pública e variam de acordo com o tipo de intervenção. Normalmente, cobrem perguntas como:

- O que funcionou melhor ou nem tanto na implementação e por quê?
- Como o processo pode ser melhorado?
- Como o contexto pode ter influenciado a implementação?

Normalmente usam uma seleção ampla de métodos quantitativos e qualitativos, tipicamente utilizando dados administrativos, informações prestadas pelos implementadores.

b) Avaliação de impacto de políticas sociais

Responde a perguntas como:

A implementação da política levou a diferenças no objeto de estudo? Quais? Eram esperadas?

- Quais resultados mensuráveis foram produzidos?
- Os resultados observados podem ser atribuídos à política/ao programa?
- Subgrupos diferentes foram afetados da mesma forma?
- Esse programa pode ser reproduzido e/ou, expandido?

Avaliações de impacto utilizam métodos experimentais ou quase-experimentais. Esses métodos inferem, mediante recursos estatísticos, possíveis impactos da intervenção no grupo beneficiado em relação ao outro grupo não beneficiado pela política ou programa.

c) Avaliação de custo x benefício de políticas sociais

Responde às perguntas:

- O programa/a política faz um bom uso dos recursos empregados?
- Os benefícios apresentados pela política superam os custos de oportunidade (mais amplo que custo financeiro)?
- Tanto os custos quanto os benefícios são tangíveis? Esse tipo de programa/política é a forma mais eficiente para alcançar o resultado buscado?

A avaliação de custo benefício complementa a avaliação de impacto. Ela busca verificar se os benefícios de determinada política excedem os custos. Ao se tratar de políticas sociais, é necessário saber da existência de benefícios e custos que ultrapassam o caráter financeiro óbvio. Apesar de difícil contabilização ou estimação, pesquisadores tentam entender a dimensão desses custos e benefícios intangíveis e/ou dispersos no tempo. O custo de oportunidade incorporado à análise do custo traz riqueza à análise, expressando também o custo da decisão de implementar uma política. O conceito de custo de oportunidade está intimamente ligado aos conceitos de escassez e escolhas, ele considera "o que você perde" ao escolher determinada política e não outra.

d) Avaliação de percepção sobre políticas sociais

Qual a percepção dos beneficiários da política?

Muitas vezes consideradas como avaliações de processo, essas avaliações se debruçam sobre elementos subjetivos (percepção).

Para realizar esse tipo de avaliação, podem ser utilizados métodos qualitativos e/ou quantitativos. A coleta de informações sobre a percepção pode se dar por meio de:

- Entrevistas individuais por telefone, por videoconferência ou pessoalmente;
- Questionários preenchidos pelos entrevistados ou aplicados pessoalmente ou por telefone ou disponibilizado on-line.

Para questionários aplicados por telefone, a Dipos/Codeplan conta com a Central 156, da Secretaria da Economia.

Pilotos de políticas públicas

O que são?

O erro é normal na gestão pública - em especial, quando gestores introduzem inovações. Não se sabe, a priori, se um programa/uma política irá funcionar. Boas intenções, equipe qualificada, apoio político, orçamento disponível são ingredientes importantes para o sucesso de uma ação, mas não suficientes. A realidade pode surpreender. Políticas que geram pouco ou nenhum resultado, ou que geram resultados com elevadíssimos custos orçamentários e/ou administrativos são desperdício de tempo e de recursos para a sociedade e para a gestão.

Para evitar grandes desperdícios, tem sido dito que, em caso de erro, é melhor “errar pouco, errar pequeno errar rápido”. Antes de se decidir levar um programa ou política pública para todos os potenciais beneficiários, é possível fazer um piloto da ação. Ou seja, implementá-la para um grupo pequeno entre os beneficiários e avaliar os resultados e a implementação desse piloto. Caso a ação se mostre bem-sucedida ou com potencial para ser melhorada, justifica-se a expansão da iniciativa. Caso o programa não gere os resultados esperados, aprende-se sobre isso sem desperdício de recursos.

Vantagens de se testar políticas públicas

- Descobrir - antes de usar muitos recursos financeiros e administrativos - se o desenho e a implementação funcionam
- Definir, com base em evidências locais, se a iniciativa merece ser continuada e expandida
- Identificar pontos que devem ser melhorados em caso de expansão
- Gerar conhecimento e expertise sobre a implementação da iniciativa

Experimentos para testar insights comportamentais

O que são?

Estudos que testam diferentes tipos de ações/intervenções formuladas e implementadas com base no que as ciências comportamentais – que têm estudado vieses e tendências do comportamento humano – já sabem. As intervenções são desenhadas e analisadas junto com os/as gestores/as demandantes. O serviço inclui mapeamento do contexto de um problema público, desenhos de opções a serem testadas, implementação das ações experimentais e análise dos resultados. O serviço, ainda pouco explorado no Brasil, alinha-se ao que organismos internacionais, como OCDE e Banco Mundial, e outros governos têm feito na área.

Para que servem?

- Testam abordagens comportamentais para solucionar problemas públicos;
- Geram conhecimento sobre a aplicação dessas abordagens em diferentes contextos

Capacitação em Políticas Sociais Baseadas em Evidências

O que são?

Curso para gestores distritais de políticas sociais que querem aprender a usar evidências para formular suas políticas públicas ou melhorar a efetividade delas. Apresenta a discussão sobre políticas baseadas em evidências, o que são evidências, para que servem os principais tipos de estudos e como demandar/encomendar/contratar pesquisas.

Para que servem?

- Municia gestores de políticas sociais com ferramentas para usar e encomendar produção de evidências úteis ao seu trabalho; e
- Aproxima gestores e pesquisadores.



codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL